

Sistemas de circulação de água e poder na Lisboa medieval – séculos XIV a XVI

Water circulation systems and power in medieval Lisbon – XIV-XVI centuries

Luís Ribeiro Gonçalves*

submissão/submission: 12/11/2017

aceitação/approval: 12/12/2017

RESUMO

Em finais da Idade Média, os espaços da água são cada vez mais alvo da atenção das autoridades urbanas. Ao seu papel no abastecimento às populações urbanas, associou-se uma crescente preocupação com o seu papel nos fenómenos de doença e pobreza. Este trabalho dedica-se precisamente a analisar como este processo decorreu na Lisboa tardomedieval, observando a sua articulação com os poderes locais e a cada vez maior intervenção da Coroa. A partir das diversas componentes dos sistemas de água urbanos (captação, condução e distribuição): observamos a relação entre a distribuição das principais fontes na cidade e o desenvolvimento de tecnologias alternativas de captação da água; identificamos a forma como essas estratégias se alteraram nas formas de condução e evacuação deste recurso; examinamos como isso se articulou com o desenvolvimento do poder simbólico da Coroa a partir do exemplo do Chafariz d’el-Rei; analisamos como este processo acompanhou as preocupações com a saúde e a limpeza da Lisboa quinhentista.

*CIDEHUS – Centro de Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades / Universidade de Évora, 7000-809 Évora, Portugal e CH – Centro de História da Faculdade de Letras / Universidade de Lisboa, 1600-214 Lisboa, Portugal.

Luís Carlos Ribeiro Gonçalves é mestre em História Medieval pela Faculdade de Letras de Lisboa com a dissertação “Sistemas de povoamento e organização territorial: dois vales na periferia de Lisboa (séculos IX-XIV)”. Presentemente doutorando na VIIIª edição do Programa Inter-universitário de Doutoramento em História pela Universidade de Évora, com o projecto intitulado “Prática médica e controlo profissional no Portugal quinhentista”.

Endereço electrónico: luis.goncalves@campus.ul.pt

PALAVRAS-CHAVE

Água / Hidráulica / Saneamento / Higiene / Lisboa

ABSTRACT

In the late Middle Ages, urban authorities worried more and more into the role of water spaces in the urban supply, as well as with the disease phenomena connected with water waste. This work aims precisely to analyse how this process took place in medieval Lisbon, noting its articulation with local powers and the increasing involvement of the Crown in urban decisions. From the various components of urban water systems (catchment, conduction and distribution) we observed the relation between the distribution of the main sources in the city and the development of alternative water catchment techniques; we have identified how these strategies have changed in the ways of water conducting; we have examined how this was articulated with the development of the symbolic power of the Crown from the example of the Chafariz d'el-Rei; we analysed how this process accompanied the local concerns with health and cleaning in the sixteenth century city.

KEYWORDS

Water / Hydraulics / Sanitation / Hygiene / Lisbon



O abastecimento de água foi desde sempre um dos maiores desafios para a vida urbana. Na Lisboa medieval, apesar da presença dos abundantes recursos do rio Tejo e do seu “termo”, a água tornou-se uma das maiores preocupações das autoridades locais e dos seus habitantes. Porém, esta atenção recaiu de diferentes formas ao longo do seu vasto sistema, desde os pontos de captação, passando pelos canais de condução, a sua distribuição junto da comunidade, e por fim, a posterior canalização das águas sujas para fora da cidade. O objetivo seria estabelecer assim um autêntico sistema circulatório em torno do qual a vida da cidade e as suas autoridades se debruçavam no seu quotidiano. Tal não implicava qualquer tipo de determinismo geográfico, antes terá conduzido ao desenvolvimento de tecnologias e mecanismos sociais que, em alternativa, asseguraram a qualidade e a quantidade de água por todo o aglomerado urbano.

Este artigo pretende precisamente analisar o papel da sociedade lisiponense tardo-medieval na composição do seu ciclo de água urbano. No contexto tardo-medieval, interessa-nos compreender até que ponto os diversos

poderes da cidade contribuíram para implementar novas estratégias que conduziram à progressiva redefinição dos seus espaços da água, entre os finais do século XIV e os inícios do século XVI. Entre outras questões, será relevante compreender os limites da rede de abastecimento local, quais os meios ou as tecnologias adotadas para os ultrapassar e, como estes lidaram com os desafios do crescimento populacional e com o papel crescente de capital assumido pela Lisboa tardo-medieval.

Para dar resposta a estas questões reuniu-se um corpo de fontes, composto essencialmente por normativas provenientes de fundos do Arquivo Municipal de Lisboa, como o *Livro do provimento da água* e o *Livro do provimento da saúde*, algumas das quais já tinham sido publicadas por diversos autores como Freire de Oliveira, Veloso de Andrade ou Barbosa Machado¹. Estas fontes resultam em grande medida de determinações municipais e de articulação com a própria Coroa sobre as quais incidem diversas determinações régias destinadas a assegurar a limpeza dos canos e ruas da cidade.

Tomando em consideração a composição do sistema, este artigo dividir-se-á nas suas múltiplas componentes. A primeira parte irá centrar-se nas fontes de abastecimento urbanas e periurbanas, quais as suas principais áreas, como estas se foram alargando ao longo do período medieval e quais as estratégias alternativas de aquisição de água que foram desenvolvidas. A segunda parte dedicar-se-á às formas de condução da água e aos desafios que foram sendo colocados, tanto na abertura de novos encanamentos, como pela construção de novas áreas urbanas. Na terceira parte iremos discorrer sobre as formas de distribuição da água, de que fazem parte fontes e chafarizes, mas também sobre os serviços prestados por terceiros na criação de um mercado de água urbano. A última parte, dirá respeito às formas de condução da água para fora do espaço urbano e à crescente preocupação com o papel deste recurso para a melhoria da saúde dos habitantes da Lisboa medieval.

1. AS FONTES DE ÁGUA ENTRE OS ARRABALDES E A CIDADE

O abastecimento de água a Lisboa foi um assunto amplamente debatido a partir dos meados do século XVI. Se para alguns autores, como Damião de Góis e João Brandão, a urbe tinha fartas fontes de água que permitiam abastecer ricamente vários chafarizes, inclusivamente com águas quentes², outros como Francisco de Hollanda anunciavam já a necessidade de Lisboa encontrar novas fontes de água para abastecer a sua população³. Uns e outros revelavam uma preocupação cada vez maior com os pontos de abastecimento na cidade.

¹ OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, 1882-1911. 17 tomos; D'ANDRADE, José Sérgio Velloso – *Memoria sobre chafarizes, bicas, fontes e poços públicos de Lisboa, Belem e muitos logares do termo: oferecida á ex.ma Câmara Municipal de Lisboa*. Lisboa: Silviana, 1851; MACHADO, Ignacio Barbosa – *Historia juridico panegirica, ou descripção thopographico architetonica do famoso magnifico aqueducto, que por ordem de sua Magde, O senhor Rey D. Ioaõ V, nosso senhor se erigiu, e fabricou, para se conduzirem as salutiferas, e copiosas Agoas livres, e de outras fontes, a esta grande Corte, de cidade de Lisboa Offerecida ao mesmo Augusto Monarcha*. Lisboa, 1745.

² BRANDÃO, João – *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. p. 103; GÓIS, Damião de – *Elogio da cidade de Lisboa = Vrbs olisiponis descriptio*. trad. Aires A. Nascimento. Lisboa: Guimarães Ed., 2002. p. 151.

³ HOLLANDA, Francisco de – *Da fábrica que falece à cidade de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

A localização das principais fontes de água da cidade em inícios de Quinhentos partia muito do que já se conhecia durante a presença muçulmana. Até aqui, os principais recursos aquíferos nasciam sobretudo na área situada entre o “casco velho” tardorromano⁴ e o rio Tejo, na área conhecida desde o domínio islâmico por Alfama. Desde o século X, a fama dos seus banhos de águas quentes (“bāb al-hamma”) e frias foi difundida por inúmeros autores árabes, partindo da descrição de Al-Udri⁵. A utilização de infraestruturas semelhantes neste espaço mesmo depois da conquista cristã, corroborada por diversas referências, como as já bem conhecidas para os reinados de D. Dinis e D. Fernando⁶ e mesmo para épocas posteriores⁷, vinha apenas confirmar a concentração de aquíferos, que a preservação do próprio topónimo já parecia indicar. Os autores quinhentistas, como Damião de Góis, vão por isso destacar como à “beira-rio, nascem muitíssimas fontes vindas por canais subterrâneos de diversos pontos da cidade e nelas a população se abastece de água”⁸. Outros vão acrescentar que a quantidade que brotava das suas nascentes era tal que, segundo João Brandão, só em Alfama esta poderia servir dez azenhas roqueiras, entre as casas de água e o chafariz régio⁹. A presença destas fontes assegurava o provimento constante, tanto dos seus moradores, como dos navios que serviam o porto quinhentista, acompanhando a dinâmica expansiva que marca Lisboa nesse período¹⁰.

Em finais do século XIII, o dinamismo construtivo promovido pelo rei no arrabalde ocidental, patente na abertura da Rua Nova, é acompanhado pelo aparecimento de novos edificadros nos subúrbios da cidade, em locais como o Bairro da Pedreira¹¹. Este fenómeno estendeu-se nas primeiras décadas de Trezentos aos vales do Andaluz e da Mouraria, tradicionalmente ocupados por hortas e almuinhas¹², justificando-se então a abertura de fontes de água alternativas para todos os que começavam a habitar neste espaço. Sob a égide do município e de D. Afonso IV, surge então em 1336 o Chafariz do Andaluz¹³, como uma alternativa às fontes e chafarizes que tradicionalmente regavam em exclusivo os campos agrícolas.

⁴ SILVA, Augusto Vieira da – *A cerca moura de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1939.

⁵ SIDARUS, Adel; REI, António – Lisboa e o seu termo segundo os Geógrafos Árabes. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. Vol. 7 (2001), p. 37-72.

⁶ SILVA, Manuel Fialho – *Mutação urbana na Lisboa medieval: das Taifas a D. Dinis*. Lisboa: [s.n.], 2017. p. 136. Tese de Doutoramento na especialidade de História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

⁷ RAMALHO, Elsa Cristina; LOURENÇO, Maria Carla – As águas de Alfama: memórias do passado da cidade de Lisboa. *Recursos Hídricos: Revista da Associação Portuguesa de Recursos Hídricos*. Vol. 26 Nº 1-3 (2005).

⁸ GÓIS, Damião de – *Elogio da cidade de Lisboa = Urbis olisiponis descriptio...*, p. 151.

⁹ BRANDÃO, João – *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552...*, p. 103.

¹⁰ MARQUES, A. H. de Oliveira – A cidade na Baixa Idade Média. In MOITA, Irisalva, coord. – *O livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994. p. 89-114.

¹¹ SILVA, Manuel Fialho – *Mutação urbana na Lisboa medieval: das Taifas a D. Dinis...*, p. 388.

¹² GONÇALVES, Luís Ribeiro – *Sistemas de povoamento e organização territorial: dois vales na periferia de Lisboa: séculos IX-XIV*. Lisboa: [s.n.], 2011. p. 107. Dissertação de Mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

¹³ BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia; Ministério da Ciência e da Tecnologia, 2000. vol. 2, tom. 2.

Em evidência estava a riqueza dos aquíferos deste arrabalde, tão bem descrita tanto pelos topónimos e referências a poços feitas por Cristóvão de Oliveira em 1551¹⁴, como pelos diversos vestígios arqueológicos do vale da Baixa recentemente dados a conhecer por Jacinta Bugalhão e André Teixeira¹⁵. Tal devia-se em grande medida ao esteiro de água que durante o domínio romano delimitara a vertente ocidental da cidade, mas que agora, nos finais da Idade Média, se encontrava cada vez mais assoreado. Ainda assim, o que assegurava a riqueza de aquíferos no seu subsolo também os tornava suscetíveis à salubridade que caracterizava o estuário tagano, conduzindo ao aparecimento de muitos mais elementos de escoamento de água do que de novas fontes. Isso tornava os arrabaldes de Alfama e do atual vale da Baixa diferentes nas estratégias de abastecimento, mas ainda assim com uma quantidade muito superior ao de outros espaços da cidade.

Este era o caso da colina do Castelo. Aí, apesar da sua ocupação intensa desde o domínio romano, os aquíferos desde há muito se tinham revelado relativamente escassos. A questão prendia-se com a ausência de pontos de captação, sobretudo na zona da Alcáçova, o que limitava o quotidiano das gentes que aí viviam forçando-as a deslocarem-se até à beira-rio.

Em alternativa, surgem outras formas de captar e conservar água através de diversos tipos de reservatórios, documentados em topónimos como o do Palácio do Aljube¹⁶ ou, em estruturas hidráulicas islâmicas como a que foi identificada no Teatro Romano¹⁷. Este tipo de soluções, mais de cariz privado do que público, permitia assegurar o abastecimento durante a época das chuvas, fazendo-as perdurar ao longo do ano, enquanto preservava as fontes de água disponíveis nessa área para alturas de estio mais seco.

Contudo, tal como os contextos do Palácio do Aljube e do Teatro Romano bem indicam, este tipo de solução assumia frequentemente um carácter temporário. Fosse fruto do abandono de muitas destas estruturas vivido no final do domínio árabe, ou por outros fatores como a contaminação das águas, ou a simples alteração dos seus complexos habitacionais, um e outro caso vão ser reutilizados a partir do século XIII, o primeiro servindo

¹⁴ OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de – *Lisboa em 1551: sumário em que brevemente se contém algumas coisas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa (1551)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1987.

¹⁵ BUGALHÃO Jacinta; TEIXEIRA, André – Os canos da Baixa de Lisboa no século XVI: leitura arqueológica. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. 2ª Série Nº 4 (2015), p. 89-122. Entre os diversos trabalhos conferir MOITA, Irivalva – Hospital Real de Todos os Santos: relatório das escavações a que mandou proceder a CML de 22 de agosto a 24 de setembro de 1960. *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. Nº 101/102 (2º e 3º trim. 1964), 104/105 (1º e 2º trim. 1965), 106/107 (3º e 4º trim. 1965), 108/109 (1º e 2º trim. 1966), 110/111 (3º e 4º trim. 1966); SILVA, Rodrigo Banha da; LEITE, Ana Cristina – Hospital Real de Todos os Santos. In TEIXEIRA, André; VILLADA, Fernando; SILVA, Rodrigo Banha da, coord. – *Lisboa 1415 Ceuta: historia de dos ciudades - história de duas cidades*. Ceuta: Cidade Autónoma de Ceuta; Lisboa: Câmara Municipal, 2015.

¹⁶ A palavra “Aljube” tem como origem onomástica o étimo árabe “al-jubb”, habitualmente traduzido por “cisterna”. Contudo, dado o papel da antiga prisão situada no sobredito Palácio do Aljube, o seu significado para o português atual modificou-se, associando-se à prisão escura, cárcere e caverna. “Aljube” in DICIONÁRIO INFOPÉDIA DA LÍNGUA PORTUGUESA COM ACORDO ORTOGRÁFICO [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2017. [consult. 2017-10-24 14:28:48]. Disponível na Internet: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/aljube>.

¹⁷ FERNANDES, Lídia; MARQUES, António; TORRES, Andreia – Ocupação baixo-medieval do teatro romano de Lisboa: a propósito de uma estrutura hidráulica, as cerâmicas vidradas e esmaltadas. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. Vol. 10 (2008), p. 159-184.

como palácio e mais tarde espaço da cadeia, e o segundo como local de deposição de lixo¹⁸. Esta situação implicou o abandono de todas as estruturas muçulmanas, num processo claramente distinto de outras formas de reaproveitamento, como as que se encontraram em outros contextos habitacionais da transição do domínio muçulmano para o cristão¹⁹. Ainda assim, o uso desta tecnologia não deverá ser excluído durante o domínio cristão por completo, uma vez que a presença de reservatórios e de cisternas é bem conhecida, por exemplo, na própria torre da cisterna do Castelo de São Jorge²⁰.

A presença destas tecnologias de captação de água possibilitou criar uma rede de abastecimento à população significativamente mais alargada, dando oportunidade para a cidade crescer para além dos seus principais arrabaldes, Alfama e atual Vale da Baixa, permitindo abrir Lisboa a outras áreas marcadamente menos bem abastecidas e assim contribuindo para a descrição realizada em início do século XVII, por Luís Mendes de Vasconcelos:

Cobre Lisboa os outeros, & valles que já dissemos, côas fabricas das casas, & templos, dando com isto grande commodidade de alegre vista, aos mais dos seus moradores; porque das mais casas, estando edificadas nas ladeiras, & cumes dos montes, se vê grande parte da cidade, & do seu Rio, & de outras, juntamente com algumas ortas, porque está de forte assentada esta cidade, que saindo della alguns braços, nobremente povoados, abraçao entre si, a menissimos valles, plantados de ortas, que todo o anno alegrão a vista, variando em diversos tempos do anno, a verde ortaliza com que os práticos agricultores, cobrem a sua terra²¹.

2. DA CONDUÇÃO DE ÁGUA NA CIDADE

Uma outra tecnologia, central para o abastecimento da cidade, era a condução de água a partir de fontes localizadas na sua periferia. Como bem referiu Francisco de Hollanda, “as cidades antigas, depois dos templos e das fortalezas e muros, e paços, a coisa em que mais se esmeraram foi em trazer as fontes das águas por grandes arcos e canos, e condutos”²². A presença destas estruturas na Lisboa medieval é pouco conhecida, não subsistindo vestígios monumentais de qualquer estrutura de aqueduto que tivesse existido, mesmo que do período romano. Tal estava por certo associado aos grandes investimentos que tradicionalmente se remetiam para as autoridades municipais e para a própria Coroa, justificando a procura de outras soluções, tecnologicamente menos complexas, que permitissem levar a água até novas zonas da urbe.

¹⁸ FERNANDES, Lúcia; MARQUES, António; TORRES, Andreia – Ocupação baixo-medieval do teatro romano de Lisboa: a propósito de uma estrutura hidráulica, as cerâmicas vidradas e esmaltadas..., p. 159-184.

¹⁹ GOMES, Ana; SEQUEIRA, Maria José – Continuidades e descontinuidades na arquitectura doméstica do período islâmico e após a conquista da cidade de Lisboa: escavações arqueológicas na Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento, 2001. vol. 7, p. 103-110.

²⁰ SILVA, Manuel Fialho – *Mutação urbana na Lisboa medieval: das Taifas a D. Dinis...*

²¹ VASCONCELOS, Luís Mendes de – *Do sitio de Lisboa: sua grandeza, povoação e commercio, &c, reimpressos conforme a ed. de 1608, novamente correctos, e emendados*. Lisboa: Na Officina. Patr. de Francisco Luiz Ameno, 1786. p. 197.

²² HOLLANDA, Francisco de – *Da fábrica que falece à cidade de Lisboa...*, p. 24.

As primeiras notícias de projetos de encanamento de água surgem apenas no reinado de D. João II. Em 1487, este monarca negociava com a Câmara diversas alterações no Chafariz d’el-Rei para permitirem um mais eficiente abastecimento dos batéis dos navios que aportavam ao Tejo. Propunha-se então conduzir a água para a parte do mar, ou seja, para junto à praia, onde os marinheiros poderiam aceder sem com isso prejudicarem o quotidiano da população que aí se vinha abastecer. Para isso contava-se com o financiamento da Câmara em articulação com os navios que aportavam à cidade, que tinham sido incumbidos de fornecer mão-de-obra para o transporte dos materiais²³. Desta forma, a rede de abastecimento lisiponense procurava adaptar-se às crescentes necessidades do porto, que neste período se começava a tornar num dos mais importantes da Europa.

Não será por isso de estranhar o desenvolvimento, de forma articulada, de todo um conjunto de reformas urbanísticas que vão marcar o reinado de D. Manuel²⁴. Acompanhando essas transformações, surgem diversas obras no sistema de abastecimento de água da cidade, tanto nos chafarizes como nos seus canos, e nestes últimos, tanto nos de escoamento como nos de abastecimento de água. Um bom exemplo deste último caso é o projeto em torno do novo Chafariz do Terreiro do Rossio iniciado em 1518. Pensado para dar resposta ao acesso, cada vez mais intenso, da população a este largo, onde cerca de duas décadas antes se estabelecera o principal estabelecimento assistencial da cidade, o Hospital de Todos-os-Santos, o plano seria conduzir a água do Chafariz do Andaluz, através de um cano, até esta praça²⁵.

No entanto, o avanço da obra revelaria alguns dos desafios que se impunham à expansão da rede de abastecimento urbano. Este projeto realizou-se no local onde o arrabalde ocidental tocava com o Vale do Pereiro, numa área já conhecida pelos percursos irrigados das hortas e almuinhas que o ocupavam intensamente. As obras de condução da água teriam assim de passar por diversas propriedades privadas, arriscando-se a destruir outras estruturas aí localizadas. Este mesmo seria o caso do poço da quinta do Dr. Luís Teixeira que foi removido durante a abertura da conduta, obrigando a Câmara a compensar os seus antigos proprietários com uma indemnização de trinta mil réis, como ficou estabelecido no contrato assinado em 3 de setembro de 1524²⁶. A Câmara procurava assim assegurar que a destruição de bens dos moradores da urbe durante as suas obras não ficava sem alguma compensação.

Contudo, esta forma de atuação nem sempre se revelava eficaz. Quando as autoridades municipais procuraram novas fontes para aumentar o caudal do Chafariz dos Cavalos, a sua opção terá recaído na apropriação da “logea” de água de André Rodrigues de Beja, situada em Alfama, por ser “muyto mais limpa” do que as outras

²³ Arquivo Municipal de Lisboa (AML), *Livro 1º do provimento da água*, f. 7; MACHADO, Ignacio Barbosa – *Historia juridico Panegirica, ou discripção thopographico architetonica do famoso magnifico aqueducto...*, p. 70-74.

²⁴ CARITA, Hélder – *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna: 1495-1521*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. p. 53-79.

²⁵ AML, *Livro 1º do provimento da água*, f. 9.

²⁶ AML, *Livro 1º do provimento da água*, f. 16; OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Typographia universal, 1911. vol. 17, p. 250-253.

disponíveis²⁷. Perante a oposição dos seus donos ou os parques meios que a Câmara dispunha para adquirir a propriedade, em 31 de agosto de 1542 é levantado um libelo entre as duas partes para averiguar qual seria a indemnização a pagar pelas autoridades municipais. A decisão final, apresentada em 9 de maio do ano seguinte, vai assegurar que os herdeiros de André Rodrigues recebem indemnizações pela “logea” de água²⁸. O mesmo fenómeno de apropriação decorreria na década de 1580 no poço de João de Góis, situado na Bemposta, cujo processo já foi descrito por Veloso de Andrade²⁹. Estes dois casos colocavam em evidência como os argumentos levantados pelo poder local ao associar à utilidade pública este recurso, ainda não implicavam o abandono dos direitos dos seus proprietários.

Um pouco diferente foi o resultado do projeto de avaliação do manancial do Chafariz d’el-Rei realizado a partir de 1598, que então sofria com uma clara diminuição da sua capacidade de abastecimento. As razões prendiam-se com uma apropriação indevida dos seus mananciais, documentada no poço de Luís Carvalho, cujos canos se conectavam com os do chafariz régio. A atuação da Câmara neste caso, ao invés de se apropriar deste terreno como fizera anteriormente, assentou no desenvolvimento de um processo legal, onde se incluiu a avaliação do poço por representantes de ambas as partes, que permitiu identificar a concomitância dos seus canos com os do principal chafariz da cidade³⁰. Revelava-se assim uma continuidade de modelos de atuação tardo-medievais no município lisiponense quinhentista. Apenas em finais deste século surgem processos legais que visam assegurar os aquíferos disponíveis, reconhecendo a água das suas fontes como propriedade municipal.

3. CHAFARIZES E AGUADEIROS NO ABASTECIMENTO DA CIDADE

Da primeira referência ao Chafariz de São João na primeira metade de Duzentos, ao Chafariz d’el-Rei que provavelmente lhe sucedeu a partir de Trezentos³¹, passando pelas referências identificadas na documentação notarial régia³², até chegarmos à descrição da cidade de Cristóvão de Oliveira em 1551³³, são inúmeras as referências toponímicas a estruturas de poços e chafarizes na Lisboa tardo-medieval. Algumas delas fosse pela importância dos seus mananciais, fosse pelas figuras que as tinham promovido, ou pela sua localização a par de alguns dos principais espaços de vivência urbana, tornaram-se em autênticos elementos centrais do mapa “falado” da cidade. O que tinha já acontecido com os banhos quentes de Alfama iria agora acontecer com o Chafariz dos Cavalos, as Alcaçarias e, mais do que todos, com o Chafariz d’el-Rei.

²⁷ AML, *Livro 1º do provimento da água*, f. 20-28v.

²⁸ AML, *Livro 1º do provimento da água*, f. 29-34v.

²⁹ D’ANDRADE, José Sérgio Velloso d’ – *Memoria sobre chafarizes, bicas, fontes, e poços públicos de Lisboa, Belem e muitos logares do termo...*, p. 120-124.

³⁰ AML, *Livro 1º do provimento da água*, f. 55.

³¹ SILVA, Manuel Fialho – *Mutação urbana na Lisboa medieval: das Taifas a D. Dinis...*, p. 136-137.

³² GONÇALVES, Iria - Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*. Nº1 (1980), p.153-204.

³³ Durante a qual este autor refere trinta e dois topónimos relacionados com formas de distribuição de água: OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de – *Lisboa em 1551: sumário: em que brevemente se contém algumas coisas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa (1551)...*

A importância do chafariz régio será de tal dimensão que, a partir do século XVI, passa a fazer parte tanto das descrições escritas, como das gravuras e composições artísticas que apresentam Lisboa à Europa como a capital do Império Português. Em obras como a *Descriptio* de Damião de Góis, esta fonte destaca-se pela riqueza do seu manancial, que “ela só quase bastaria para dar de beber a toda a população” da cidade, bem como pela qualidade das suas águas que “igualava ou supera todas as outras” que o autor vira. A semelhança com Alfama é tal que das suas bocas tanto “escoa água quente como, depois de repousar por breve período de tempo, ela se deixa beber com todo o prazer, já muito pura e fresca”³⁴. O chafariz passa igualmente a figurar na iconografia olisiponense quinhentista como um dos elementos que, a par do Castelo, da Sé e do Terreiro do Paço, entre muitos outros, compunham o seu mapa mental, presente em gravuras da cidade como a que Georg Braun apresenta na sua obra *Civitates Orbis Terrarum*.

A este reconhecimento não será estranha a ligação que caracterizava muitos destes lugares à figura régia, mediante uma presença constante de símbolos régios em epígrafes comemorativas. Este mesmo fenómeno pode-se encontrar em fontes e chafarizes espalhados por todo o reino, como o estudo de Luísa Trindade permitiu verificar a partir da análise das gravuras delineadas por Duarte D’Armas³⁵.

No Chafariz d’el-Rei, essa ligação, nascida provavelmente no século XIV, sedimenta-se depois das obras que conduziram à abertura de novas bicas no tempo de D. João II, vendo-se mais tarde complementada com a colocação duma arcaria fronteira às bocas do chafariz em 1517, que lhe conferiu uma maior monumentalidade. Estas transformações fizeram então parte dos novos modelos urbanísticos que em Lisboa caracterizam o período manuelino, num projeto que incluiria ainda outras fontes da cidade, como aquela do acima referido Rossio e a de Cataquefarás, onde foi igualmente colocado um telheiro³⁶.

Contudo, o principal argumento para todos estes esforços era a crescente preocupação com a qualidade da água que abastecia a cidade, focando-se para esse fim, primeiramente, na forma como esses espaços eram utilizados e, só depois, em outras formas alternativas, da sua distribuição pela cidade.

4. ÁGUA, ENCANAMENTO E SAÚDE MUNICIPAL

As recomendações sobre a utilização dos espaços de água locais, apesar de serem conhecidos em contextos urbanos andaluzes do século XI, em Lisboa só surgem compilados no *Livro das posturas* a partir de 1430. É nesse ano que a vereação começa a proibir que se pratiquem atividades como a lavagem de roupa e de louça em

³⁴ GÓIS, Damião de – *Elogio da cidade de Lisboa = Vrbis olisiponis descriptio...*, p. 151.

³⁵ TRINDADE, Luísa – A água nas cidades portuguesas entre os séculos XIV e XVI: a mudança de paradigma. In LOZANO BARTOLOZZI, María del Mar; MÉNDEZ HERNAN, Vicente, coord. – *Patrimonio cultural vinculado con el agua: paisaje, urbanismo, arte, ingeniería y turismo*. Mérida: Editora Regional de Extremadura; Universidad de Extremadura; Ministerio de Economía y Competitividad, 2014. p. 367-380.

³⁶ CARITA, Hélder – *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna...*, p. 58.

chafarizes como o Santa Maria de Oliveira, situado na Rua Nova d’el-Rei, que pelo seu carácter poluente deveriam ser exercidos em outros espaços da cidade³⁷. Igualmente proibidas ficariam a deposição de outro tipo de detritos, como o lançamento de pedras ou as brincadeiras com barcos de cortiça³⁸. Estas primeiras normativas retratam muito mais respostas dadas a situações específicas, onde se procurava já delinear uma política que assegurasse a qualidade e a limpeza dos espaços da água na cidade.

Este cenário acentuou-se ainda mais com o desenvolvimento do já referido programa de obras que marcará as décadas finais de Quatrocentos dos olisiponenses, durante o qual se acrescentou não só a referida monumentalidade aos chafarizes e às fontes olisiponenses. Isso mesmo é conferido a partir de 1484 por D. João II, estabelecendo-se a sua jurisdição porque

alguma parte da caussa destes maaos aares he a grande çugidade das esterqueiras e munturos que em essa cidade há e do entornar dos camareiros que se nom lançaam honde deuem / nos encomendamos e mandamos que loguo com grande deligencia mandees alimpar a todos os canos e munturos e esterqueiras por toda a dicta cidade, de guisa, que nenhuuma sujidade em ella senom ache nem veja, e todallas Ruas e trauessas sejam muy limpas e os camareiros se emtornem em lugares limjtados donde deles nunca possa parecer nenhuuma coussa³⁹.

Em evidência ficava já a criação de um discurso sobre a limpeza da cidade associado ao controlo das pestilências que começa a ser implementado na Lisboa tardomedieval, a par de um conjunto de novas competências que então são atribuídas à Câmara⁴⁰. Para dar resposta a esta questão surge todo um programa incorporando obras tanto nos chafarizes como nos canais de escoamento que contribuem para a construção de um autêntico sistema de canos que acompanhou todo o novo projeto urbanístico olisiponense a partir de finais de Quatrocentos⁴¹. Como autênticos vasos condutores, os vários elementos que encanavam os detritos e os lixos até ao rio Tejo complementavam então os restantes percursos de abastecimento e distribuição de água à cidade.

Esta ligação gizava-se não apenas na sua frequente proximidade física, mas também na forma como estas infraestruturas eram descritas na documentação compilada pelo município. Em documentos como a *Relação dos canos de Lisboa*, produzido em data incerta do século XVI, essa conexão traduzia-se na forma como frequentemente surgiam em expressões como o do “cano Ao postiguo de cate que faras que vem do poço do outeiro” que servia “de seruemtya do dito poço”⁴². Cada cano destes, neste período, “recebe as agoas do dito poço” em várias partes

³⁷ *Livro das Posturas Antigas*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1974, p. 2.

³⁸ *Livro das Posturas Antigas...*, p. 7.

³⁹ AML, *Livro 2º de D. João II*, f. 22 e 22v.

⁴⁰ Regimentos de D. Manuel para os vereadores e oficiais da Câmara de Lisboa - 3 de agosto de 1503 em Arquivo Municipal de Lisboa. *Livro dos regimentos dos vereadores e oficiais da Câmara*, publicado em *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. 2ª Série Nº 2 (2015), p. 273-298.

⁴¹ CARITA, Helder – *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna...*, p. 53-60 ; BUGALHÃO Jacinta; TEIXEIRA, André – *Os canos da Baixa de Lisboa no século XVI: leitura arqueológica...*

⁴² AML, *Livro dos Pregos*, f. 333-335.

da cidade, podendo em chafarizes maiores como o d'el-Rei apresentar mais do que um percurso⁴³. A seu lado, surgem outros canos “que Recebem as agoas das emxuradas”, permitindo assim dar diferentes soluções às correntes de água que podiam assolar à cidade. Pela sua composição, esta *Relação* concebida num momento incerto do século XVI refletia como as autoridades locais reconheciam não só a importância da condução das águas impuras para fora da cidade, mas também como associavam poços e canos não apenas fisicamente, mas também enquanto estruturas utilitárias de abastecimento da cidade.

Não será por isso de estranhar que a Câmara comece a agir cada vez mais nos espaços da água urbanos, seja nos canos, como nos chafarizes e poços das praças de Lisboa. Tal se depreende antes de mais da atuação do seu vedor das obras, que passa a ser incumbido de, entre outras coisas, vigiar e reparar fontes e canos por toda a cidade, como acontece com as intervenções que se realizaram, a partir de 1487, no Chafariz d'el-Rei por D. João II, já referidas. Por outro lado, de modo a assegurar a higiene das águas, o *Regimento de oficiais da Câmara* de 1503 atribui aos almotacés o papel de assegurar a limpeza da cidade e a qualidade da água nas fontes e chafarizes⁴⁴. Surge então o “almotacé da lympeza”, um cargo habitualmente entregue a dois oficiais⁴⁵, cuja missão fundamental era evitar a imundície nas ruas, assumindo-se como um dos agentes de combate às pestilências na cidade.

Apesar disso, a gestão da distribuição da água, tantos nos chafarizes como pelos aguadeiros, que a levavam às partes da cidade menos bem servidas, ainda não era uma das suas atribuições. Só nos finais do século XVI, num contexto de crescente tensão social, decorrente sobretudo dos conflitos entre os moradores de Lisboa e a crescente comunidade africana que se abastecia no Chafariz d'el-Rei, é que em 1592 a Câmara decidiu organizar a distribuição das seis bicas desta fonte de acordo com novos critérios tendo em conta as suas origens étnicas, o seu género ou os seus ofícios na cidade⁴⁶. O posterior insucesso deste modelo de atuação refletiu como em finais do século XVI as preocupações das autoridades locais com a água ainda eram mais eficazes nas infraestruturas do que no controlo da rede de aguadeiros ausente da documentação, mas que efetivamente complementava estes sistemas. Essa atribuição apenas seria adquirida durante o século XVIII, quando a atuação da Câmara na partilha da água se torna cada vez mais efetiva, conduzindo ao estabelecimento do Aqueduto das Águas Livres⁴⁷.

⁴³ AML, *Livro dos Pregos*, f. 333.

⁴⁴ Regimentos de D. Manuel para os vereadores e oficiais da Câmara de Lisboa - 3 de agosto de 1503, Arquivo Municipal de Lisboa. Livro dos regimentos dos vereadores e oficiais da Câmara, publicado em *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. 2ª Série Nº 2 (2015), p. 273-298.

⁴⁵ A necessária presença de dois oficiais neste cargo é confirmada por D. Manuel I na nomeação de Vasco do Couto em 4 de julho de 1509. Cf. AML, *Livro 1º de provimento de ofícios*, f. 130-130v.

⁴⁶ LARCHER, Jorge das Neves – *Memória histórica sobre o abastecimento de água a Lisboa até ao reinado de D. Joao V*. Lisboa: Centro Tipográfico Colonial, 1937.

⁴⁷ FERREIRA, Paulo da Costa – Do ofício de almotacé na cidade de Lisboa (século XVIII). *Cadernos do Arquivo Municipal*. 2ª Série Nº 1 (2014), p. 55-82.

CONCLUSÃO

Ao longo deste artigo analisou-se a relação entre os poderes locais e os espaços da água nas suas diversas componentes. Foi assim possível identificar uma grande continuidade nos principais pontos de captação deste recurso pelo menos a partir do domínio islâmico, algo particularmente visível em Alfama, mas que também é conhecido para o termo próximo da cidade nos vales da Mouraria, de Alcântara e de Chelas⁴⁸. Essa continuidade realizou-se não apenas ao nível das fontes, mas também num conjunto de soluções alternativas de captação de água, assente em tecnologias como os tanques de água, como o situado no Aljube. A aplicação destas soluções surgiu frequentemente em articulação entre as instituições locais, privadas e em alguns casos com o município e o próprio rei, como ocorreu com a abertura do Chafariz do Andaluz.

Este cenário apenas se altera ao longo de Quatrocentos, particularmente a partir do reinado de D. João II, quando em resposta às petições se começa a desenvolver uma intervenção na rede de distribuição de águas. Isso será particularmente visível nas obras que se realizam tanto no encanamento de água potável, como nos planos que conduziram à construção da rede de escoamento. Apesar disso, este processo nem sempre se revela pacífico, conduzindo a várias disputas com os proprietários que esses canais deveriam atravessar, resultando evidentes argumentações como a da utilidade pública da água que estava ausente do quadro legal quinhentista.

Essa incapacidade não impediu ainda o desenvolvimento de estratégias alternativas de poder da água. A mais evidente será a introdução cada vez mais dominante da simbólica régia e municipal nas infraestruturas que abastecem a cidade, sobretudo nos chafarizes e fontes monumentais. Isso encontra-se bem evidente na forma como o Chafariz d'el-Rei adquire uma imagem tanto em obras escritas como nas gravuras, divulgando a sua imagem no reino e por toda a Europa como a principal fonte de água da cidade e, ao mesmo tempo, como expressão do poder da Coroa na Lisboa quinhentista.

Para o desenvolvimento dessas estratégias alternativas, contribuiu o conjunto de medidas desenvolvidas contra as pestilências que marcavam esta urbe tagana desde a “Grande Peste” trecentista. O reconhecimento das autoridades locais e da Coroa deste fator, num momento em que esta se interessa pelo desenvolvimento de novos planos urbanísticos na cidade, contribuiu então para o estabelecimento de todo um sistema de condução de águas sujas. Essa questão veio por fim alterar a forma como as autoridades olisiponenses lidaram com os espaços da água, levando ao desenvolvimento de uma rede mais vasta de canais de escoamento que caracteriza ainda nos nossos dias o subsolo do vale da Baixa moderna, mas também ao reconhecimento da sua estreita articulação com a rede de abastecimento de água à cidade, fomentando um cada vez maior interesse pelas formas de partilha deste recurso a partir da Lisboa tardomedieval.



⁴⁸ GONÇALVES, Luís Ribeiro – *Sistemas de povoamento e organização territorial...*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

MANUSCRITAS

ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA

Livro 2º de D. João II

Livro dos regimentos dos vereadores e oficiais da Câmara

Livro dos Pregos

Livro 1º do provimento da água

Livro 1º de provimento de ofícios

IMPRESSAS

BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia; Ministério da Ciência e da Tecnologia, 2000. vol. 2, tom. 2.

BRAUN, Georg; HOGENBERG, Franz – *Civitates orbis terrarum*. Amsterdam: Theatrum Orbis Terrarum, 1572.

BRANDÃO, João – *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. p. 103.

D'ANDRADE, José Sérgio Velloso – *Memoria sobre chafarizes, bicas, fontes, e poços públicos de Lisboa, Belem e muitos logares do termo: oferecida á ex.ma camara municipal de Lisboa*. Lisboa: Silviana, 1851.

GÓIS, Damião de – *Elogio da cidade de Lisboa = Urbis olisiponis descriptio*. trad. Aires A. Nascimento. Lisboa: Guimarães Ed., 2002. p. 151.

HOLLANDA, Francisco de – *Da fábrica que falece à cidade de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, 1882-1911. 17 tomos.

VASCONCELOS, Luís Mendes de – *Do sitio de Lisboa: sua grandeza, povoação e commercio, &tc, reimpressos conforme a ed. de 1608, novamente correctos, e emendados*. Lisboa: Na Officina. Patr. de Francisco Luiz Ameno, 1786. p. 197.

ESTUDOS

BUGALHÃO Jacinta; TEIXEIRA, André – Os canos da Baixa de Lisboa no século XVI: leitura arqueológica. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. 2ª Série Nº 4 (2015), p. 89-122.

CARITA, Hélder – *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna: 1495-1521*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

FERNANDES, Lídia; MARQUES, António; TORRES, Andreia – Ocupação baixo-medieval do teatro romano de Lisboa: a propósito de uma estrutura hidráulica, as cerâmicas vidradas e esmaltadas. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. Vol. 10 (2008), p. 159-184.

FERREIRA, Paulo da Costa – Do ofício de almotacé na cidade de Lisboa (século XVIII). *Cadernos do Arquivo Municipal*. Nº 1 (2014), p. 55-82.

GOMES, Ana; SEQUEIRA, Maria José – Continuidades e descontinuidades na arquitectura doméstica do período islâmico e após a conquista da cidade de Lisboa: escavações arqueológicas na Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. Vol. 7 (2001), p. 103-110.

GONÇALVES, Iria – Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*. Nº1 (1980), p. 153-204.

GONÇALVES, Luís Ribeiro – *Sistemas de povoamento e organização territorial: dois vales na periferia de Lisboa: séculos IX-XIV*. Lisboa: [s.n.], 2011. Dissertação de Mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

LARCHER, Jorge das Neves – *Memória histórica sobre o abastecimento de água a Lisboa até ao reinado de D. Joao V*. Lisboa: Centro Tipográfico Colonial, 1937.

MARQUES, A. H. de Oliveira – A cidade na Baixa Idade Média. In MOITA, Irisalva, coord. – *O livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994, p. 89-114.

MOITA, Irisalva – Hospital Real de Todos os Santos: relatório das escavações a que mandou proceder a C.M.L. de 22 de agosto a 24 de setembro de 1960. *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. Nº 101/102 (2º e 3º trim. 1964), 104/105 (1º e 2º trim. 1965), 106/107 (3º e 4º trim. 1965), 108/109 (1º e 2º trim. 1966), 110/111 (3º e 4º trim. 1966).

RAMALHO, Elsa Cristina; LOURENÇO, Maria Carla – As águas de Alfama: memórias do passado da cidade de Lisboa. *Recursos Hídricos: Revista da Associação Portuguesa de Recursos Hídricos*. Vol. 26 Nº 1-3 (2005).

SIDARUS, Adel; REI, António – Lisboa e o seu termo segundo os Geógrafos Árabes. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento . Vol. 7 (2001), p. 37-72.

SILVA, Augusto Vieira da – *A cêrca moura de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1939.

SILVA, Manuel Fialho – *Mutação urbana na Lisboa medieval: das Taifas a D. Dinis*. Lisboa: [s.n.], 2017. Tese de Doutoramento na especialidade de História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

SILVA, Rodrigo Banha da; LEITE, Ana Cristina – Hospital Real de Todos os Santos. In TEIXEIRA, André; VILLADA, Fernando; SILVA, Rodrigo Banha da, coord. – *Lisboa 1415 Ceuta: historia de dos ciudades - história de duas cidades*. Ceuta: Cidade Autónoma de Ceuta; Lisboa: Câmara Municipal, 2015.

TRINDADE, Luísa – A água nas cidades portuguesas entre os séculos XIV e XVI: a mudança de paradigma. In LOZANO BARTOLOZZI, María del Mar; MÉNDEZ HERNAN, Vicente, coord. – *Patrimonio cultural vinculado con el agua: paisaje, urbanismo, arte, ingeniería y turismo*. Mérida: Editora Regional de Extremadura; Universidad de Extremadura; Ministerio de Economía y Competitividad, 2014.

ANEXO

APÊNDICE DOCUMENTAL

1484 janeiro 06, Montemor-o-Novo - *D. João II toma medidas para acabar com a sujidade da cidade de Lisboa.*

Cota: AML, *Livro 2º de D. João II*, f. 22 e 22v⁴⁹.

Corregedor e vereadores procurador e procuradores dos mesteres nos El Rey uos enuiamos muito saudar / porquanto nos entendemos *que* huña das principaaes coussas porque nosso *Senhor* pormete de o trabalho da pestelença andar em essa cidade tanto tempo ha he por em ella auer alguuns taaes pecados e coussas factas *contra* seu seruiço que por elles nom terem evitados nem enviados /⁵⁰ nom *quer* tirar Sua yra della do que certo nos teemos muuyto Sentimento e desejamos muito tudo por emmendado e corregiado / E poys *que* ora a nosso *senhor* praz que essa emfermidade vaa minguando seguundo nos ora foy certificado e⁵¹ do que auemos muito prazer / he muita rrazom *que* o rrecunhecamos com boas obras e em emmenda de nossas vidas E porem muito *vos* rrogamos encomendamos e mandamos *que* com toda deligençia vos desponhaaes a em querer e saber de todos males e pecados *que* se em essa cidade fazem e no que a uos for posúel e a uos pertencer os que os fazem sejam per uos punidos e castigados e nos outros em que *cumprem* nosso fauor e ajuda no llo fazee saber porque com muuy boa vontade o daremos de guisa . *que* nosso *senhor* seja seruido e nos / E porque alguña parte da caussa destes maaos aares he a grande çugidade das esterqueiras e munturos que em essa cidade ha e do entornar dos camareiros *que* se nom lançaar honde deuem / nos encomendamos e mandamos *que* loguo com grande deligençia / mandees alinpar todos os canos e munturos e esterqueiras per toda a dicta cidade / de guisa . *que* nenhuña çugidade em ella senom ache nem veja / e todallas Ruas e trauessas sejam muy limpas e os camareiros se emtornem em lugares limitados donde deles nunca possa parecer nenhuña coussa / dando a quem esto faça do *djnheiro* das rrendas Da cidade aquillo *que* for rrazom / E se *perventura* o nom teuerdes / Nos escrepuemos a Joham alvarez porto carreiro nosso caualeiro *que* vo llo empreste do *djnheiro* *que* tem pera o esprittall / E de qualquer coussa *que* neesto fezerdes no llo fazee saber / o *que* vos tendo muito agradeceremos e teremos em seruiço / sprita em monte mor a v dias de Janeiro o scretario *afonso gonçalues* a fez 1484.

Rey

⁴⁹ Publicada parcialmente em OLIVEIRA, Eduardo Freire de - *Elementos para a história do município de Lisboa*. 1ª edição. Lisboa: Typographia Universal, 1882. Tomo I, p. 347-348.

⁵⁰ A rasurado "leixou".

⁵¹ A rasurado "ha he".